

Discurso na Terra do Silêncio

(Discurso feito por Glênio Peres, no dia de sua posse como vereador e líder do MDB, em 31 de janeiro de 1977)

Senhor prefeito municipal de Porto Alegre; senhor presidente em exercício do Diretório Metropolitano do Movimento Democrático Brasileiro; senhores deputados federais, Célio Marques Fernandes e Aloísio Paraguassú Ferreira; meu caro presidente Cleom Guatimozin; senhores secretários do município; senhores diretores de autarquias; senhores vereadores; senhoras e senhores, povo de Porto Alegre.

Cumpre-se hoje, aqui, mais do que uma solenidade vestibular ao início de mais uma etapa legislativa na história do município de Porto Alegre, esse acontecimento de que participamos com a nossa presença física e com o nosso entusiasmo cívico e tem a adorná-lo a consistência e a importância que, a esta hora, cumprimos aqui, a vontade popular expressa de forma direta, secreta, universal e livre por intermédio das eleições. O povo da cidade quis que estes fossem os seus delegados. Os cidadãos de Porto Alegre quiseram, no exercício superior e soberano de sua cidadania, que fôssemos os embaixadores de sua vontade. Este momento transcende da sua significação protocolar para significar, também, que estamos aqui para cumprir, para honrar e para dignificar a vontade do povo da cidade.

Por isso a festa, maior do que a satisfação de quem tem a obrigação orgânica e constitucional de organizá-la. Por isso ela está além e acima da nossa vontade. Por isso somos, hoje, aqui, delegados em uma reunião para a qual fomos trazidos pela soberana vontade do povo, pela soberana vontade da comunidade porto-alegrense, o que acrescenta novo valor a esta festa cívica e torna maiores as responsabilidades dos que dela participam. Desde aqueles que aqui se assentam para iniciar um período de representação popular, até aqueles que vem testemunhar este momento histórico na vida da cidade.

Se fosse apenas o início protocolar e regimental, senhor prefeito, de uma nova sessão legislativa, não teríamos muito a acrescentar, se nos dirigíssemos exclusivamente a Vossa Excelência, porque em outra oportunidade esteve Vossa Excelência neste mesmo lugar e daqui desta mesma tribuna ouviu as mesmas palavras que asseveravam a Vossa Excelência que o amor que a todos nos conjuga na devoção a esta cidade, fazia dever comum nisso e de Vossa Excelência servir ao bem comum da comunidade porto-alegrense.

Passado mais de um ano, não necessitamos chamar a testemunha oral de Vossa Excelência para dizer que aquilo que dissemos, naquela oportunidade, traduziu-se não somente em palavras, mas em gestos, em ações e, mais do que ações, em decisões em nome do povo da cidade, da qual Vossa Excelência, como nós, somos delegados.

Sabe Vossa Excelência que quando dissemos aqui que, maioria numérica na Casa, éramos uma maioria a serviço de Porto Alegre, para o bem de Porto Alegre, no sentido dos superiores interesses da cidade de Porto Alegre, nós dizíamos para cumprir e cumprimos. E, Vossa Excelência testemunha, no fundo do seu coração e de sua consciência, que a maioria numérica que o povo nos deu nesta Casa, nas eleições anteriores, não foi embaraço, não foi

embargo, não perturbou a gestão de Vossa Excelência. Não foi escada, menos porque não pode, mas não foi também escorregador. Mas não foi também obstáculo, não impediu que Vossa Excelência fizesse pela cidade o que a cidade exigia de Vossa Excelência, quando Vossa Excelência foi convocado para governá-la. Penso que Vossa Excelência, tanto Vossa Excelência como governante da cidade, como nós delegados da vontade popular desta cidade, cumprimos ao longo desse tempo, cada um de nós, a sua função e o seu dever. Não fizemos mais do que o devido e mais do que a amorosa intenção de servir nos animou. Não há por que nos engalanarmos, simples e exclusiva consciência de termos feito o que de nós era solicitado, mas convém que se registre, porque hoje se alteram algumas circunstâncias. Porque o número com que contava a oposição se alterou para maior. Porque agora, senhor prefeito municipal, senhores secretários, senhores vereadores, povo da minha cidade, agora a oposição tem maioria de 14 votos.

O que foi uma grande manchete na política nacional, o que foi uma emoção na política municipal, o que se constituiu em um momento histórico na vida da cidade, não há de traduzir-se em embaraços. Não vamos dificultar o trabalho de ninguém. Vamos, senhor presidente, senhores secretários, frustrar a expectativa dos antidemocráticos, os que esperam que a maioria conquistada pela oposição embargue o trabalho administrativo da cidade. Podem sair tristes desta festa alegre, porque nós estamos aqui para cumprir com alegria a obrigação festiva que recebemos de contribuir, como maioria, para o engrandecimento da cidade. Porque, se pudemos fazê-lo quando não tínhamos 14 votos, mais faremos agora que podemos recusar os vetos do senhor prefeito municipal.

Estou aqui há mais de um decênio, senhor prefeito municipal. Não conheço voto de motivação exclusivamente pessoal. Tenho a memória de equívocos. E tenho até a lembrança de erros.

Esta Casa já teve, senhor prefeito, vetado um projeto de lei que mandava dar aviso prévio antes de cortar a água, elemento essencial à vida do porto-alegrense. E o veto foi aceito. E os tempos andavam e a realidade discursou contra o veto. E novos tempos determinaram nova legislação. E, hoje, ninguém tem a sua água cortada sem receber o aviso prévio relativo ao corte.

Mudou a Casa, senhor prefeito? Mudaram os representantes populares? Não. A realidade da comunidade porto-alegrense discursou a favor do que era melhor para ela. E Vossa Excelência e nós fomos sensíveis a esta realidade e modificamos ponto de vista anterior, como haveremos de modificar no futuro, como haveremos de nos confrontar no futuro relativo a outras realidades, sem que isso absolutamente signifique que Vossa Excelência, ou nós, estamos trabalhando contra a vontade popular.

Então, quem espera dos 14 que nós elejamos um impasse, uma má vontade, uma indisposição, um embargo ao trabalho de Vossa Excelência, opera, labuta e trafega em faixa errada, porque na atividade pública, ou se encaminha para o bem comum ou se trabalha contra a vontade popular. E foi a vontade popular que nos trouxe aqui. Foi ela que nos reuniu para esta festa grande. E é ela que estabelece as nossas responsabilidades, senhor prefeito e senhor presidente desta solenidade, que não se encontram no buraco da rua, embora muitos queiram que a Casa viva somente para os buracos da rua; que não se

encontram somente nas dificuldades de iluminação, embora alguns de mentalidade facistoide, ditatorial e autoritária pretendam que a Casa exista apenas para iluminar determinadas ruas, de preferência aquelas onde têm mais os que vivem melhor, e aos que querem, senhor presidente, que esta seja uma Casa do silêncio quando, senhor presidente e senhor prefeito, uma casa de silêncios exige a coragem do discurso.

É para falar que fomos eleitos; é para discursar que fomos escolhidos; é para protestar que estamos aqui assentados; é para proclamar a nossa vontade, na medida da nossa convicção e na razão direta da consciência cívica que tivermos; isso significa que esta Casa, senhor presidente, não é exclusivamente a caixa de ressonância das dificuldades várias, das dificuldades urbanas, das dificuldades do convívio comunitário de Porto Alegre. Esta é uma Casa política para dizer que os municípios do Brasil, que os municípios do Rio Grande do Sul estão sendo sugados, estão sendo estiolados, estão transferindo do seu sangue, da sua receita e das suas reservas para outras coisas, para outras fundamentações, para outras necessidades e, à míngua de seus próprios recursos transferidos, passam a viver cada dia, cada hora e cada noite com maior dificuldade.

Esta é uma Casa, senhor presidente, para falar dos buracos da rua; esta é uma Casa para falar da falta de luz, mas essa é uma Casa também para falar da ausência de liberdade. Porque, senhor presidente e senhores vereadores, de que me adianta a rua calçada e pavimentada pela superior visão administrativa de Vossa Excelência, de que adianta a farta iluminação por onde passo, quando entro e chego na minha casa, se eu não tenho a segurança de chegar ou de sair ileso de minha própria casa.

A Câmara Municipal de Porto Alegre é para proclamar também o grande buraco aberto nos direitos humanos, nos direitos do cidadão brasileiro. Esta tribuna é para dizer que há um buraco numa rua do Sarandi e que há uma imensa prisão que hoje impede manifestação do pensamento em prol da liberdade de todos os brasileiros. Esta tribuna, senhor presidente, senhor prefeito, serve para dizer que não há asfalto em determinadas vielas da comunidade, mas tem que servir para dizer que há escolas chamadas de anti-terrorismo, especialistas em retirar as unhas das pessoas, fazer doer a integridade física das pessoas, em fazer com que cada um diga o que não quer e, principalmente, fazer com que pague com o seu sangue, e sua vida, o preço do seu pensamento e o exercício de sua liberdade. Mas é também uma Casa para se dizer “não apoiado”, porque uma Casa para ser democrática, ela tem que dar o microfone para acusação e tem que oferecer direitos a quem quer dizer que não está de acordo. (Pausa – Alguém da platéia grita: “Não apoiado!”)

Gostei de ouvir ‘não apoiado’! A Casa é para isto, senhor presidente, a Casa é para que eu diga que existem torturadores e torturados. E pode dizer-se que aqui tudo é bom, e que não são tão somente os ricos que vivem bem, e que não somente os filhos dos que tem muito, que tem tudo, e que este não é um País em que nem todos têm acesso às condições essenciais, primeiras e fundamentais de habitação, de alimentação e não tem, principalmente, o direito de acesso à livre manifestação do seu próprio pensamento. É bom que a Casa esteja assim, senhor presidente, é bom que tenha pessoas pensando como eu, e muitas contrariamente a mim. Mas, fundamentalmente, pessoas importantes, senhor presidente, que cada um possa apanhar o elevador e ir para a sua casa carregando a

integridade do seu direito de cidadão, de pensar e agir, de não ser preso, torturado, não ser perseguido, exilado, por ter manifestado o seu pensamento, aqui e agora.

Nós somos 14, senhor presidente, a serviço desta cidade, a serviço do Estado, a serviço do País e a serviço da liberdade. Quando nos tirarem a liberdade, senhor prefeito, senhor presidente, não seremos 14, seremos títeres, seremos esses bonecos que enganam, que engodam as crianças, não serviremos nem à cidade, nem ao Estado, nem ao País. Só seremos bons cidadãos na medida em que tivermos liberdade plena e exercermos esta liberdade a favor da liberdade, a favor da nossa cidade, a favor do nosso Estado e a favor do nosso País, a fim de que sejamos dignos deste momento, dignos dos votos e do reconhecimento que Vossa Excelência, como chefe do Executivo Municipal, há de dar para esta Casa, que é uma Casa de trabalho respeitável, na medida em que, consagrada pela escolha popular, mas respeitável, principalmente, na medida em que respeita esta escolha. E morrer gritando pela inteireza de sua representação. Nós chegamos aqui 14, gritando como 14, trabalhando como 14 e vamos chegar até o fim deste mandato (palmas) não a nosso serviço, mas a serviço da cidade que Vossa Excelência serve; estaremos a serviço daqueles que nos deram este microfone para gritar a favor da cidade, a favor deste Estado, a favor deste País e a favor da liberdade. (palmas)”